

**ESTUDOS SOBRE MULHERES NO CAMPO DA MEDICINA:
PERFIS E TRAJETÓRIAS NAS INTERSEÇÕES?**

**STUDIES ON WOMEN IN THE MEDICINE FIELD: PROFILES AND
TRAJECTORIES IN THE INTERSECCIONS?**

Luzinete Simões Minella

Profa. do PPG Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC
luzinete@matrix.com.br

Resumo

Este trabalho se insere no campo das relações entre gênero e ciências e sintetiza os resultados de pesquisas sobre as trajetórias das pioneiras na área da medicina no Brasil, ponderando até que ponto as análises recuperam as interseções entre gênero, classes, gerações e etnia. A metodologia se baseou num levantamento bibliográfico que incluiu publicações divulgadas a partir dos anos noventa. A análise, inspirada nos avanços do debate sobre a participação das mulheres no campo científico, revela que as pesquisas privilegiaram o enfoque histórico, baseando-se em variadas fontes. Destaca-se a atuação profissional e política das pioneiras, suas origens de classe, as especificidades do contexto da sua formação e de sua inserção profissional, sua capacidade de romper com as estereótipias relativas aos papéis de gênero.

Palavras chave: gênero, ciências, medicina

Abstract

This work is inserted in the field of the relations between gender and the sciences, and summarizes the results of the researches on the trajectories of the pioneer women in the medicine field in Brazil, considering to which extent the analyses recover the intersections between gender, classes, generations and ethnicity. The methodology was based on a bibliographic study which included publications as from the 1990s. The analysis, inspired on the advances of the debate on the women's participation in the scientific field, reveals that the researches privileged the historical focus, based on several sources. A distinction is given to the professional and political action of the pioneers, their original class, the specificities of the context in their professional formation and insertion and their capacity to break with the stereotypes in relation to the gender roles.

Keywords: gender, sciences, medicine

Introdução

Este trabalho se insere no campo das relações entre gênero e ciências e sintetiza os resultados das pesquisas sobre as trajetórias das pioneiras na área da medicina no Brasil, ponderando até que ponto as análises recuperam as interseções entre gênero, classes, gerações e etnia. Sua realização constitui parte de um projeto mais amplo, em andamento, que objetiva analisar o perfil das estudantes dos cursos de graduação em medicina no Nordeste e no Sul do Brasil, focalizando as desigualdades de gênero em seus entrelaçamentos com as de classe, gerações e raça/etnia¹.

O estudo dá continuidade a uma pesquisa anterior, fundamentada num levantamento bibliográfico mais amplo, que identificou três temáticas prioritárias sobre gênero e ciências no Brasil: análises sobre a participação das mulheres na academia, acesso ao ensino superior, às carreiras científicas, à produção científica e às associações; críticas à ciência, reflexões sobre o gênero na ciência, análises sobre os impactos da ciência e das tecnologias sobre o trabalho e a saúde das mulheres; história e trajetórias de cientistas e viajantes².

A análise dos resultados do levantamento bibliográfico levado a cabo até o momento, se inspira em várias contribuições relevantes do campo de gênero e ciências, entre as quais destacamos algumas obras de Margaret Rossiter (1982), Sandra Harding (1996) e Londa Schiebinger (2001).

Parto do pressuposto de que a participação das mulheres vem aumentando gradativamente, sendo bastante expressiva em muitas áreas científicas, inclusive na medicina. O enfoque adotado considerar ainda, que a ciência tem se constituído ao longo do tempo como um campo de disputas que extrapola a questão geracional destacada por Pierre Bourdieu (1983). Por isso mesmo e, na tentativa de ampliar o potencial explicativo da análise, recorreremos à noção de interseccionalidade para referir, de acordo com Kimberlé Creenshaw, o entrelaçamento e a superposição de diferentes “eixos de subordinação” (2002) ou “eixos de diferenciação”, conforme prefere Avtar Brah (2006).

* Dra. em Sociologia, profa. do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina e pesquisadora do Instituto de Estudos de Gênero da mesma instituição.

¹ O projeto se intitula “Mulheres no campo da Medicina no Nordeste e no Sul do Brasil: interseções de gênero, gerações, classe e etnia” e conta com financiamento do CNPq.

² Trata-se do artigo intitulado “Temáticas prioritárias no campo de Gênero e Ciências no Brasil: raça/etnia, uma lacuna?”, aprovado em abril de 2012 para publicação nos *Cadernos Pagu*.

A metodologia se baseou num levantamento bibliográfico que pretende ser representativo, embora não exaustivo. Incluiu, até o momento, artigos publicados em periódicos científicos e coletâneas, anais de eventos científicos, teses e dissertações, todos publicados e/ou divulgados a partir dos anos noventa que abordam a trajetória das pioneiras que ingressaram na área da medicina no Brasil entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

I – Estudos sobre as pioneiras no campo da medicina no Brasil

Os estudos sobre a trajetória das pioneiras na área da medicina analisados neste trabalho, foram elaboradas a partir dos anos noventa, se inserem no campo de Gênero e Ciências e foram construídas através do enfoque histórico. Seus resultados tanto revelam as dificuldades que elas enfrentaram para ingressar e continuar na carreira, quanto apontam para o papel transformador que desempenharam no sentido de abalar os valores tradicionais sobre a entrada das mulheres na Academia, mesmo não sendo feministas, como é o caso de algumas delas.

Nessa revisão da literatura, serão sintetizados os resultados desses estudos, destacando-se as origens das pioneiras, as instituições nas quais se formaram, suas áreas de atuação, bem como algumas das dificuldades que enfrentaram ao longo das suas trajetórias³.

Serão referidas as contribuições de June Hahner, Maria Lúcia de Barros Mott e Monica Raisa Schpun, cujas pesquisas remontam aos anos noventa e se estendem pela década seguinte. E os estudos de Elisabeth Jukiska Rago, Iole Macedo Vanin, Márcia Aparecida de Lima Vieira, Hildete Pereira de Melo em parceria com Maria Carolina Casemiro, autoras cujas publicações encontradas foram publicadas na primeira década do milênio.

No livro *Emancipating the Female Sex – the struggle for women’s rights in Brasil (1850-1940)*, publicado em 1990, e editado no Brasil em 2003, a historiadora e brasilianista norte-americana June Hahner⁴, analisa o contexto mais geral da luta das

³ Lembramos que uma revisão crítica detalhada sobre a exclusão das mulheres do campo das ciências médicas, que prevaleceu do século XII, quando foram criadas as universidades na Europa Ocidental, até o século XIX, pode ser encontrada na tese de doutorado de VANIN, Iole, em particular no primeiro capítulo intitulado “Gênero, Poder (es) e Conhecimento: a exclusão das mulheres das ciências biomédicas (p. 25-85).

⁴ HAHNER, June. *Emancipating the Female Sex – the struggle for women’s rights in Brasil (1850-1940)*. Duke University Press, 1990. Edição brasileira: HAHNER, June. *Emancipação do Sexo Feminino. A luta*

mulheres brasileiras pela emancipação, ressaltando entre outros aspectos, o forte vínculo do sistema escolar brasileiro do período considerado, especialmente dos finais do século XIX, com uma visão tradicional sobre o papel da mulher. A partir dessa data, várias mudanças vão ocorrendo paulatinamente e nas primeiras décadas do século XX, amplia-se o número de mulheres também no magistério, setor que se tornou muito atraente para as mulheres das camadas médias: “apesar dos poucos rendimentos e das difíceis condições de trabalho, o ensino deu a algumas mulheres maior independência econômica do que qualquer outra coisa que tivessem feito” (Hahner: 2003, p. 81), tornando-se por isso mesmo, um canal de ascensão social, um signo de um certo status, e, em alguns casos, um caminho para a realização de outras carreiras.

A autora aborda as pioneiras que atuaram na defesa dos direitos da mulher, nas lutas por educação, emprego e voto, destacando a trajetória de algumas delas, inclusive a de Maria Augusta Generoso Estrela, considerada por alguns como a primeira médica brasileira diplomada pelo New York Medical College Women em 1877, numa época em que as mulheres não podiam realizar cursos superiores no Brasil. Segundo Hahner, Maria Augusta “fez mais do que ajudar a pavimentar o caminho para a disposição na legislação da Reforma Educacional de 1879, que abria as escolas de medicina para as mulheres”, tendo inspirado, também outras brasileiras a seguir os estudos médicos fora do país, por exemplo, Josefa Águeda Felisbella Mercedes de Oliveira, pernambucana, filha de advogado, que também estudou na mesma instituição norte-americana (2003, p. 141). A autora ressalta que ambas defenderam, inclusive através do jornal que criaram, intitulado *A Mulher*, o respeito e a valorização das mulheres, em termos gerais e suas competências para atuar no campo científico (2003, p. 144).

Duas outras médicas pioneiras são também citadas por Hahner: Rita Lobato e Ermelinda Lopes de Vasconcelos. Rita Lobato, gaúcha que se graduou pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1887, foi a primeira mulher a receber um diploma de medicina expedido por uma instituição acadêmica brasileira. A autora ressalta que esta conquista coincide com a obtenção dos primeiros diplomas de medicina por parte de mulheres no Chile e no México. O exercício da medicina não excluiu o casamento e a constituição da prole, pois

pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

Rita Lobato casou-se e praticou medicina por muitos anos. Em 1888, Ermelinda Lopes de Vasconcelos, normalista graduada, recebeu seu título na escola de medicina do Rio. Ela também se casou com Alberto Xavier de Sá, um professor com quem teve dois filhos, e, por quase cinquenta anos, manteve a prática médica, especializada no atendimento a mulheres e crianças (Hahner, 2003, p. 149).

De acordo com a autora, à luz desses exemplos, outras mulheres das elites e das camadas médias se sentiriam estimuladas a tentar a mesma carreira. Hahner exemplifica também as reações conservadoras e irônicas por parte da imprensa e da intelectualidade da época, contra a entrada das “mulheres honradas” no campo da medicina (2003, p. 152-154).

Poucos anos depois da publicação da obra de Hahner, Maria Lúcia de Barros Mott divulgou os resultados de várias pesquisas sobre as pioneiras das práticas médicas no país. Entre os principais, destacamos três estudos publicados nos anos noventa (1994, 1998 e 1999) e dois divulgados em 2005 e 2008.

Destacamos inicialmente, o artigo publicado pela autora na *Revista Estudos Feministas* sobre Madame Durocher, nascida na França em 1809 de uma família modesta que se estabeleceu no Brasil no ramo do comércio de tecidos e roupas. Segundo as fontes consultadas pela autora, Marie Josephine Mathilde Durocher exerceu funções comerciais na loja da família, em seguida trabalhou como modista e em seguida realizou o curso de parto na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro entre 1832 e 1834. Completando sua formação com aulas particulares, ela tornou-se a

primeira mulher educada no Brasil, que se tem notícia até o momento, a publicar textos com o seu próprio nome na área da medicina (1848) e a única mulher a ser admitida como sócia, no século passado, na Academia Imperial de Medicina” em 1871, tendo falecido em 1893 após um longo período de prática profissional (Mott: 1994, p. 102).

Entre outros aspectos, o artigo analisa sua formação educacional e profissional, relacionando-a ao contexto da educação proporcionada às mulheres nas primeiras décadas do século XIX. A autora assinala que até o início do século XIX o seu ofício

era exercido principalmente por parteiras práticas, em geral negras e mulatas livres. Médicos e cirurgiões apenas excepcionalmente participavam da parturição, em geral nos casos de partos laboriosos e difíceis. As primeiras parteiras diplomadas que exerceram o ofício no Brasil eram estrangeiras e chegaram por volta de 1828. Os cursos de partos das Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia formaram, no período, poucas alunas (Mott: 1994, p. 115).

Posteriormente, em sua tese de doutorado, mediante uma pesquisa historiográfica ainda mais minuciosa, Maria Lúcia Mott explora os detalhes da trajetória profissional de Madame Durocher, destacando seus conhecimentos sobre as práticas obstétricas (1998). Remetendo-se às contribuições dessa autora, Hildete Pereira de Melo e Maria Carolina Casemiro assinalam que Madame Durocher, “frequentou a Academia (Nacional) de Medicina por 24 anos, tendo sido nomeada por D. Pedro II em 1971” (2004, p. 130). Referências sobre o pioneirismo dessa famosa parteira, entre as citadas neste artigo, também são encontradas em Hahner que observa:

embora a profissão de parteira pudesse ter sido bem mais considerada, somente uma mulher excepcional como Marie Josephine Mathilde Durocher, nascida francesa, parteira da família imperial, autora de várias obras sobre obstetrícia, assim como de um tratado sobre a abolição da escravatura, com sua roupa característica e sessenta anos de serviço no Rio de Janeiro, poderia exigir algum respeito da profissão médica (Hahner: 2003, p. 151).

Depois de colocar em discussão, num outro artigo, publicado na mesma Revista, os estereótipos médicos sobre as parteiras (1999), além de ter realizado uma série de outras pesquisas significativas para o campo da História da Ciência, Maria Lúcia Mott divulga no periódico *Cadernos Pagu*, os resultados do seu estudo sobre a médica belga Maria Renotte “que em 1878 mudou-se para o Brasil, onde trabalhou como preceptora, professora e médica”. A autora observa que através dos seus escritos e da sua prática social, a médica se envolveu nas lutas do seu contexto, lutando “pelos direitos das mulheres a uma melhor educação, ao acesso a diferentes tipos de trabalho, à obtenção de um corpo mais saudável, à cidadania política. Pregou a participação das mulheres em entidades assistenciais, e fundou uma filial da Cruz Vermelha na capital paulista” (Mott: 2005, p. 41).

Ressaltando o pioneirismo das múltiplas atividades de Maria Renotte, a autora assinala que ela formou-se pelo Woman's Medical College of Pennsylvania, Estados Unidos, em 1892 e “foi admitida como sócia de sociedade científica, trabalhou nos mais importantes hospitais da cidade e apresentou trabalhos em congressos médicos. Frequentou, praticamente desde a fundação em 1895, a Sociedade de Medicina e Cirurgia em São Paulo. Assistiu às reuniões, integrou comissões, fez comunicações, deu sugestões e apertes que foram acatados, elogiados e também criticados. Por um certo período, atendeu no Hospital Samaritano, criado pela comunidade evangélica, mas

devido a desentendimentos com a diretoria deixou de atuar naquele estabelecimento.” (Mott:2005, p. 44).

Além disso, entre outras funções, colaborou para o avanço do conhecimento científico, trabalhando no início do século XX, na Clínica Cirúrgica da Enfermaria de Mulheres da Santa Casa de Misericórdia, onde “realizou operações durante as quais aplicava clorofórmio quente na anestesia para diminuir os efeitos colaterais - tema, aliás, de seu trabalho apresentado em 1910 para admissão como sócia titular da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo” (2005, p. 51).

Nesse período, ela ampliaria ainda mais sua área de atuação, tendo visitado a Europa onde se familiarizou com a dinâmica das entidades filantrópicas; também “participou de Congressos Médicos (São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte), quando apresentou trabalhos referentes à especialidade médica, como sobre outros temas que se dedicou com afinco: o da criação de uma filial da Cruz Vermelha em São Paulo e da necessidade de organizar na cidade uma melhor assistência à saúde da população mais pobre” (Mott: 2005, p. 52).

Mais recentemente um novo estudo realizado pela autora, em parceria com outras pesquisadoras, foi publicado pela revista *Ciência & Saúde Coletiva*, desta vez sobre médicos e médicas em São Paulo, mediante análise das informações contidas nos Livros de Registros do Serviço de Fiscalização do Exercício Profissional, entre 1892 e 1932 disponíveis no Centro de Memória da Saúde Pública (SES/SP). O artigo analisa “o perfil (naturalidade, nacionalidade e sexo), a formação e a inserção profissional dos médicos no mercado de trabalho em São Paulo, entre 1892–1932” (2008, p.853)⁵.

Nesse estudo, as autoras afirmam que “as duas primeiras médicas que conseguiram romper as barreiras de acesso ao masculino e prestigiado campo da medicina em São Paulo eram estrangeiras e formadas no exterior: a belga Maria Renotte e a italiana Olga Caporali” (2008, p. 860). Após sintetizar a trajetória profissional de Maria Renotte, cujo diploma obtido na Pensilvânia foi revalidado na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1895, as autoras constatam que “somente vinte anos depois, em 1915, Olga Caporali, italiana, formada em 1911 pela Universidade de Turim, requereu autorização para o exercício profissional” (2008, p. 860).

⁵ Esse artigo foi publicado em 2008, poucos anos antes do falecimento de Maria Lúcia de Barros Mott, ocorrido em junho de 2011 em São Paulo.

O levantamento de dados evidenciou que o número de médicas registradas no período foi muito baixo, correspondendo a apenas 1% do total e revelando uma tendência de alta a partir de 1927 (2008, p. 861). Identificou-se um número considerável de imigrantes pois “das 33 médicas registradas entre 1892 e 1932, 24% eram estrangeiras, 76% eram brasileiras, sendo a maioria, nascida em São Paulo (76%). As duas primeiras médicas nascidas no Brasil que se inscreveram no Serviço Sanitário em São Paulo eram naturais do Estado e registraram-se em 1917. A inscrição de egressas da FMCSF inicia em 1921” (Mott et alii, 2008, p. 861).

As autoras lembram que em 1929, registrou-se Carlota Pereira de Queiroz, que “havia iniciado o curso na FMCSF e se transferido para o Rio de Janeiro, onde obteve a titulação” (2008, p. 861). A trajetória de Carlota tem sido objeto de pesquisa de Monica Raisa Schpun, conforme será visto mais adiante. Os dados mostraram ainda, que “as estudantes paulistas buscaram formação acadêmica na FMCSF e na FMRJ em igual número (nove). Ângela Mesquita, nascida em São Paulo, foi exceção: formou-se na Universidade de Boston, Estados Unidos” (Mott et alii: 2008, p. 861).

O artigo de Elisabeth Juliska Rago, publicado em 2000 na revista *Cadernos Pagu*, também focaliza o contexto da inserção das primeiras mulheres brasileiras que ingressaram na carreira médica na virada do século XIX para o século XX, tentando revelar “como as pioneiras foram capazes de reverter as pressões políticas e sociais, criando as condições de ruptura do mundo masculino da medicina” (2000, p. 199).

Inicialmente, recorrendo ao citado livro de June Hahner, a autora esboça a trajetória de Maria Augusta Generoso Estrela (1860-1943), filha de Albino Augusto Generoso Estrela, “um abastado português ligado ao ramo farmacêutico no Rio de Janeiro”, formada nos Estados Unidos, quando as mulheres não podiam realizar cursos superiores no Brasil, considerada a primeira médica brasileira (2000, p. 201).

A autora lembra também que Josefa Águeda Felisbella Mercedes de Oliveira, pernambucana, filha de advogado que se formaria em medicina na mesma instituição norte-americana, tendo ali conhecido Maria Augusta. Ambas se formaram em 1881. Também refere Ermelinda Lopes de Vasconcellos, carioca que estudou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e viveu em Niterói atendendo senhoras e crianças durante décadas.

Sintetizando, Rago afirma que seguindo a atitude vanguardista de Maria Augusta e Josefa, “destacam-se Rita Lobato Velho Lopes, Ermelinda Lopes de Vasconcelos, Antonieta César Dias, Francisca Barreto Prager, Amélia Pedroso Benebian, Maria

Renotte, para citar alguns nomes dessas pioneiras que lutaram, viveram e praticaram a medicina na virada do século XIX e nas décadas iniciais do século XX no Brasil” (2000, p. 224). A autora assinala que, além de colaborarem para mudar valores tradicionais sobre o papel da mulher, todas tiveram em comum as origens sociais, sendo provenientes de famílias com independência econômica.

A mesma autora publicaria poucos anos depois sua tese de doutorado, uma investigação minuciosa, apoiada em inúmeras fontes históricas, sobre a trajetória de Francisca Prager Froés, médica baiana que se formou na Faculdade de Medicina e Farmácia da Bahia em 1893, aos 21 anos, sendo a única mulher da turma, em meio a vinte e quatro homens. A primeira parte do livro recupera o pioneirismo da mãe desta médica, Francisca Rosa Barreto Prager (1836-1909), “mulher de letras e feminista”, oriunda de uma família com independência econômica, que viveu no Recôncavo Baiano, mudou-se para Salvador, onde “teve uma participação ativa na vida pública, questionando o conservadorismo da época e vislumbrando, na educação superior, a saída para a libertação feminina, como muitas outras mulheres do período” (2007, p.108).

Atenta simultaneamente, aos dois contextos, o familiar e o cenário mais geral da sociedade baiana, muito tradicional, mas com certa abertura influenciada pelos processos de modernização mais amplos, a autora explora em seguida, o contexto da formação de Francisca Prager Froés na área de Ginecologia e Obstetrícia, os meandros da sua atuação profissional e seus compromissos políticos. Entre outros aspectos relevantes, Rago chama a atenção para a participação de Francisca na Federação Baiana pelo Progresso Feminino e na União Universitária Feminina, da qual foi presidente, destacando sua participação no debate científico, sua preocupação constante em defender os direitos civis e a saúde das mulheres, sua postura crítica em relação à dominação masculina. Uma de suas atitudes inovadoras, está representada pela discussão pública de questões ligadas à moral e ao sexo, divulgando nos seus artigos e no exercício das suas atividades profissionais, práticas higiênicas ligadas à saúde das mulheres com vistas a combater as doenças sexualmente transmissíveis, “sempre sob uma ótica feminista” (2007, p. 256).

Em 2006, Márcia Aparecida de Lima Vieira defende sua dissertação de mestrado na área de educação sobre a presença e a trajetória das mulheres que se formaram nos primeiros cursos de Medicina paulistas durante as primeiras décadas do século XX: o curso implantado pela Universidade Livre de São Paulo - instituição privada, criada em

1912, que funcionou até 1917 – e o curso da Faculdade de Medicina e Cirurgia, instituição pública, criada em 1912, primeira do estado a permitir o acesso de mulheres, para onde migraram os alunos da primeira.

A autora analisa a entrada das pioneiras no ensino médico, suas possibilidades, perspectivas e expectativas de inserção no mundo da ciência, a partir de uma reflexão sobre três aspectos: o processo de higienização que caracteriza as políticas de saúde implantadas no período, a entrada das mulheres nos cursos de nível superior e a influência dos movimentos feministas.

Pesquisando vários documentos sobre a Universidade Livre, a autora encontrou apenas oito alunas no período considerado, sendo que apenas duas concluíram o Curso de Medicina e Cirurgia. Acredita que as demais podem ter abandonado o curso em função do casamento, dos filhos, etc. Sobre a condição socioeconômica, afirma que eram oriundas, “provavelmente, de classes privilegiadas da sociedade paulista, do meio rural e urbano, já que em alguns registros relativos aos pais constam títulos como coronel e doutor”. Seguindo uma tradição da época e que persistiria ainda por várias décadas, “algumas tinham cursado o Normal e eram professoras formadas” (2006, p. 76).

De acordo com a documentação consultada, a Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo implantou a primeira turma em 1913, com apenas duas mulheres: Odete Nóra Azevedo e Délia Ferro Fávero, diplomadas em 1918. Foi incorporada à USP em 1934. A autora encontrou 12 históricos escolares de mulheres entre 1913 e 1932, entre elas apenas sete se formaram (2006, p. 58-70).

Vieira conclui que todas elas se formaram na instituição pública e sintetiza a trajetória de cinco delas, sobre as quais encontrou informações: a) Mariângela Matarazzo, filha de prósperos industriais que formou-se em 1920 aos 21 anos em obstetrícia e pediatria (2006, p. 79-80); b) Odette Nóra de Azevedo Antunes, filha de médico, casou-se com um colega. Iniciou sua formação em 1913 e se graduou em 1918, escreveu uma tese sobre pneumonia, trabalhou por pouco tempo e abandonou a carreira para cuidar da família (2006, p. 80); c) Carmen Escobar Pires, única mulher que se formou na sua turma em 1920, na área de cirurgia obstétrica. Construiu uma carreira exitosa, foi presidente da Associação Paulista de Medicina e do Colégio de Cirurgiões do Brasil, sendo uma das primeiras deputadas estaduais da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (2006, p.85); d) Jandyra Planet do Amaral, graduada em 1931, “trabalhou por 45 anos no Instituto Butantã” onde era a única mulher de nível

universitário quando começou suas atividades como pesquisadora. Casou-se e teve filhos, paralelamente construiu uma carreira científica na área de vacinação contra epidemias e sorologia, participou de congressos, ministrou palestras (2006, p. 87).

Concluindo, a autora afirma que embora elas não tenham participado de organizações feministas, nem defendido suas bandeiras, essas mulheres colaboraram para transformar valores, servindo certamente de exemplo para as novas gerações que aspiravam o ensino superior na área (p. 79).

A tese de doutorado de Iole Macedo Vanin, defendida na UFBA em 2008, analisa as peculiaridades da formação das primeiras médicas, farmacêuticas e odontólogas formadas pela Faculdade de Medicina da Bahia entre 1879, quando teve início a entrada das mulheres nos cursos superiores no país, até 1949, quando ocorre a separação dos cursos de Farmácia e Odontologia. A pesquisa rastreia as relações entre o contexto da sua formação e a expansão do ideário feminista. Portanto, o recorte temporal, segundo a autora, se justifica também porque 1949 é a data provável do final da atuação da Federação Baiana pelo Progresso Feminino.

Através de um enfoque que articula os avanços do campo da história das mulheres com os estudos feministas e de gênero, o estudo busca verificar em que medida teria ocorrido uma ruptura com os papéis tradicionais de gênero a partir do acesso das mulheres a esses cursos, redutos exclusivamente masculinos até pouco antes de 1843, quando se formou a primeira parteira. A autora afirma que o curso de parteira não possuía o mesmo status dos demais: Farmácia, Odontologia e Medicina. Estes, “continuaram reservados aos homens até a década de setenta do século XIX quando se forma em Cirurgia Dentária, Balbina Rosa de Souza, poucos meses após a instalação do curso de Odontologia e da obtenção do direito feminino de frequentar instituições de ensino superior no Brasil” (VANIN: 2008, s/n).

As fontes utilizadas se destacam pela sua riqueza, visto que Vanin se ampara na documentação institucional, em artigos e anúncios de jornais, teses de doutoramento feitas pelas médicas, livros de Atas da Federação Baiana pelo Progresso Feminino, etc. Inspirada nos achados de Margaret Rossiter, a autora constata “a existência de segregação hierárquica e territorial, nos setores que constituem o “mundo biomédico” da Bahia”, concluindo que “não houve rompimento, mas sim um acomodamento, regido por linhas de atuação patriarcais, da presença feminina em atividades em espaços específicos” (2008, s/n).

Os resultados principais dessa pesquisa foram sintetizados em um artigo publicado em 2010, no qual a autora ressalta que o incremento da participação das mulheres deu-se mais nos cursos de farmácia e odontologia e menos em medicina, pois entre 1879 e 1949, formaram-se 168 mulheres em farmácia, 160 em Odontologia e 84 em Medicina. Além disso, a maior parte das médicas se concentrava nas especialidades menos prestigiadas e mais ligadas aos cuidados com outras mulheres e com as crianças (ginecologia e obstetrícia), confirmando-se assim a tese da segregação territorial e da segregação hierárquica, de acordo com os estereótipos de gênero. Além disso, não costumavam alcançar postos do alto escalão, sempre ocupados pelos homens. Ou seja, havia mais mulheres nas áreas menos prestigiadas (2010^a).

Considerando o perfil socioeconômico dessas mulheres, Vanin adverte que elas provinham das classes médias e das elites: "é evidente que os exercícios profissionais eram perpassados pela classe, associada à raça/etnia; ou seja, as damas baianas não iriam exercer atividades não condizentes com a sua posição social. Elas se dirigem para as profissões de prestígio que dessem ou sedimentassem o *status quo*, e talvez, por isso optaram pelos cursos da Faculdade de Medicina da Bahia" no período considerado (2010a, p56).

Levando em conta o impacto dos debates feministas que caracterizaram o contexto da capital baiana naquele período, Vanin ressalta que

a elevação do número de mulheres nos cursos superiores da Faculdade de Medicina da Bahia a partir de 1920, encontra-se relacionada com a divulgação das idéias feministas, em um primeiro momento, e depois, precisamente a partir da década de 1930, com a atuação das filiais da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, através das ações realizadas pela *União Universitária* e a *Ala Moça*, uma vez que em todos os estados de origem das alunas havia uma filial e muitas delas faziam parte dessas instituições. Não podemos ignorar, no entanto, a influência das novas relações de trabalho que foram sendo instituídas onde a presença de mulheres brancas não pobres tornou-se mais evidente (2010a, p.57).

Num trabalho posterior, a mesma autora destaca a importância da médica Ítala da Silva Oliveira "professora que atuava em Aracaju nas primeiras décadas do século XX, em defesa dos direitos das mulheres, formou-se em Medicina na Faculdade de Medicina da Bahia em 1927, após ter o título de parteira em 1922" (2010^a, p. 7).

Os vínculos desta médica com o feminismo são assumidos não apenas nos fóruns de debates públicos, mas na própria tese de formatura, intitulada "*Da sexualidade e da Educação Sexual*". Nesta tese, ela argumenta que

os avanços do feminismo demandavam a inclusão do ensino de educação sexual nos currículos, pois as conquistas femininas, principalmente no mercado de trabalho, colocavam as mulheres em contato permanente com os homens, tornando necessária sua formação “sem falso e mal entendido pudor” (Vanin, 2010: p. 3). Segundo a autora, a tese de Ítala “não estava desvinculada da sua condição de feminista, tanto que dedica capítulo específico para defender o feminismo, demonstrando que o mesmo não representava perigo de desestruturar a sociedade, ao contrário: era uma ferramenta útil para o desenvolvimento da nação e fortalecimento da família (2010b, p.07).

Mônica Raisa Schpun tem pesquisado a trajetória de outra pioneira célebre na área: Carlota Pereira de Queiróz, nascida em 1892 e falecida em 1982. Mencionamos aqui apenas dois dos estudos que publicou sobre o tema em 1999 e em 2010. Em artigo publicado no *Cadernos Pagu* em 1999, a autora aborda a primeira etapa da carreira política de Carlota Pereira de Queiróz (1932-1937), quando ela se candidata à Assembléia Constituinte, exercendo seu mandato como primeira Deputada Federal do país. Respalhada numa pesquisa criteriosa, que incluiu a consulta à correspondência de Carlota, a autora examina detalhadamente, as seguintes questões: “as relações de Carlota com seus colegas homens, sua política e suas relações com as feministas, especialmente Bertha Lutz e a FBPF”, ressaltando a misoginia dos homens e as tensões entre as posições de Bertha, feminista convicta, defensora dos direitos das mulheres e sufragista combativa, e de Carlota sobre o feminismo (Schpun, 1999: p. 331). Sobre tais diferenças entre as duas, a autora assinala que, ao contrário de Bertha, “apesar de toda e qualquer dificuldade enfrentada por Carlota ao longo da sua carreira política, causada pelo fato de ser mulher, em nenhum momento ela se declara feminista, nem se alia politicamente às líderes desse movimento, que lhe dão apoio e rendem-lhe múltiplas homenagens”. Tal atitude provocaria o desapontamento das feministas e seu conseqüente afastamento de Carlota (1999, p. 346).

Aprofundando suas pesquisas sobre o tema, Schpun publica numa coletânea em 2010, os resultados de uma pesquisa que investiga as relações profissionais de Carlota com colegas homens. Inicialmente a autora destaca que ela provinha de “uma prestigiosa família das elites paulistas”. Observa que Carlota foi educadora na primeira década do século XX, passou a exercer a medicina desde 1926, tendo sido a primeira deputada federal do País entre 1933 e 1937, assinando a Constituição de 1934 junto aos demais 252 deputados, “todos homens”(2010, p. 239). Schpun analisa vários aspectos da sua longa carreira profissional, observando que “Carlota seria médica até bem tarde em sua vida, ocupando diversos cargos e funções, a começar pelo Laboratório de Clínica pediátrica da Santa casa, que chefiou até 1947, quando se transferiu, sempre como ‘chefe’, ao Serviço de Hematologia

da Clínica de Obstetrícia e Ginecologia da Faculdade de Medicina da USP, ali permanecendo até 1952, ano da sua aposentadoria”. Suas filiações institucionais dão conta da sua importância no âmbito do campo científico, pois, “tornou-se membro da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo (1941) e seria a primeira médica brasileira a se integrar, no ano seguinte, à Academia Nacional de Medicina – pertencendo tb, a partir do mesmo ano, à Academia Argentina” (Schpun: 2010, p. 255).

A autora conclui que “além de ter alcançado um destaque social indiscutível, ocupando espaços de poder, ela atravessou fronteiras separando o masculino do feminino, penetrando em campos sociais quase ou totalmente ocupados por homens, como a Medicina e política, e meados por uma cultura masculina expressa em códigos de comportamento e de linguagem, de cumplicidade e de rivalidade” (2010, p. 239).

A pesquisa de Hildete Pereira de Melo e Maria Carolina Casemiro, sobre a composição da Academia Nacional de Medicina e a Academia Brasileira de Ciências, publicada na *Revista Rio de Janeiro*, revela a baixa participação das mulheres nos anos noventa, apesar da feminização de alguns cursos, evidenciando as resistências à sua absorção em foros institucionais de peso. As autoras destacam que “nos 173 anos vividos pela Academia Nacional de Medicina só cinco mulheres foram eleitas para membro titular, enquanto existiram 612 sócios titulares do sexo masculino” (2004:125).

Mencionam ainda, que a primeira mulher associada a essa instituição foi Madame Durocher. A segunda, Madame Curie, integrada na qualidade de membro honorária estrangeira em 1926, quando visitou o Brasil, sendo a terceira, Carlota Pereira de Queiroz.

Observam ainda, que na Academia Brasileira de Ciências, embora o quadro incluísse 571 sócios, apenas 56 eram mulheres, representando 9,8%. “Os membros mais importantes do ponto de vista do reconhecimento científico são os titulares, estes são 334, correspondendo a 58% dos acadêmicos, mas a taxa de participação feminina cai para 7,8%, abaixo da participação na própria academia.” (Melo e Casemiro, 2004:131).

Considerações finais

Algumas considerações finais podem ser feitas provisoriamente em torno desse significativo conjunto de estudos. Inicialmente observo que as análises se sustentaram claramente num enfoque histórico, inclusive cinco entre as autoras principais tem formação acadêmica no campo da história e apenas duas delas em outras áreas

fronteiriças: Maria Aparecida Vieira em Pedagogia e Hildete Pereira de Melo em Economia. Os estudos focalizam o período entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, explorando as relações entre a formação das pioneiras e o contexto das possibilidades de educação formal das mulheres. Quanto à metodologia, chama a atenção a riqueza das fontes consultadas, que incluem cartas, relatos, fotografias, registros em Anais das instituições, livros de atas, teses, depoimentos, artigos em jornais e revistas, entrevistas com familiares, consulta a acervos pessoais, etc. Do total dos quinze trabalhos analisados, apenas dois foram feitos em parceria, prevalecendo claramente a autoria individual (Melo e Casemiro, 2004 e Mott et alii, 2008)

De um modo geral, pode-se dizer que as autoras analisaram com mais detalhe as médicas que exerceram a profissão e se destacaram pela sua atuação dentro e fora da Academia. Os resultados das pesquisas enfatizam que, salvo poucas exceções, em geral elas conjugaram as idéias avançadas com o desempenho dos papéis tradicionais: mães e esposas.

No que se refere às interseccionalidades, observa-se vários avanços, percebendo-se uma preocupação freqüente por parte das autoras, em assinalar os condicionantes de classe e sócio-culturais que, apesar dos preconceitos e das assimetrias de gênero, favoreceram a entrada das pioneiras no campo da medicina. Em termos gerais, ressalta-se que elas provinham de famílias da elite ou das camadas médias, setores que embora tivessem, em alguns casos, vínculos originários com o meio rural, se estabeleceram nas grandes cidades. Também são encontradas freqüentes menções à condição de migrantes dos pais de várias pioneiras, em geral provenientes de países da Europa ocidental.

Referências mais explícitas às questões étnicas são encontradas nas pesquisas de Vanin (2008, 2010^a, 2010b). Nas demais, essas questões ou são rapidamente mencionadas ou permanecem mais subentendidas do que explicitadas, talvez porque as autoras esclarecem não só a filiação de classe das pioneiras, mas ressaltam que algumas delas entraram na Academia durante a vigência da escravidão, enquanto outras logo após sua proibição. Portanto, num período marcado por uma forte discriminação de classe e de raça/etnia, quando nem se cogitava a presença de mulheres negras na academia.

No que se refere aos entrelaçamentos gênero e gerações, esses resultados destacam também que a maioria delas iniciou os estudos muito jovens, tendo se

formado com vinte e poucos anos, sendo que algumas se dedicaram às suas atividades profissionais por várias décadas.

Vale a pena lembrar que estes estudos se inserem no marco mais amplo de uma das tendências mais importantes do debate do campo Gênero e Ciências: as análises sobre histórias e trajetórias das cientistas pioneiras em várias áreas, que objetivam visibilizar sua atuação profissional e política, as especificidades da sua inserção profissional, sua capacidade de romper com as estereotípias relativas aos papéis de gênero, algumas das quais infelizmente persistem apesar dos avanços observados nas últimas décadas.

Entre essas análises, especificamente sobre a atuação das mulheres brasileiras, se incluem por exemplo, as pesquisas de Maria Margaret Lopes sobre a trajetória política e científica da bióloga Bertha Lutz (2006b e 2008); de Mariza Corrêa sobre pioneiras que se destacaram no campo da Antropologia (2003); de Nara Azevedo et alii sobre a carreira científica de Aída Hassón-Voloch na área da química (2004); de Eva Blay sobre as pioneiras do Instituto Biológico de São Paulo (2010); as biografias de dezenove cientistas que atuaram em vários campos do conhecimento na primeira metade do século XX, elaboradas por Hildete Pereira de Melo, em parceria com Lígia Maria Rodrigues (2006), etc.

Finalmente, a respeito da inserção profissional, os resultados dos estudos confirmam os argumentos de Margaret Rossiter sobre segregação hierárquica e segregação territorial no campo científico (1982), haja vista que as médicas analisadas em sua maioria, atuou no reduto representado pela ginecologia e obstetrícia, onde a presença delas era mais facilmente assimilada. Ao mesmo tempo, poucas entre as pioneiras atingiram postos mais relevantes do ponto de vista hierárquico (1982). Entendo que esses tipos de segregação corroboram também os argumentos de Sandra Harding sobre os dualismos de gênero como instrumentos que colaboram para organizar desigualmente as atividades sociais entre homens e mulheres a partir de percepções estereotipadas sobre as diferenças sexuais (1996).

Diante desses resultados, caberia retomar a questão elaborada Londa Schiebinger, autora que focaliza o gênero no cerne da medicina, da primatologia, arqueologia, biologia, física e matemática: em que medida o crescente número de mulheres atuantes nas profissões médicas teria promovido mudanças no conhecimento das especificidades, por exemplo, da saúde da mulher? (2001, p. 233).

Referências

- AZEVEDO, Nara; CORTES, Bianca Antunes; FERRERA, Luiz Otavio e SÁ, Magali Romero. Gênero e Ciência: a carreira científica de Aída Hassón-Voloch. *Cadernos Pagu* (23), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu/Unicamp, 2004, pp. 356-387.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu* 26, p.329-365, 2006.
- BLAY, Eva Alterman. Mulheres cientistas: aspectos da vida e obra de Khäte Schwarz. *Revista Estudos Feministas* (18: 2), Florianópolis-SC, pp. 473-489, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org) *Pierre Bourdieu*. São Paulo, Ática, 1983, pp. 122-155. Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 39.
- CORRÊA, Mariza. *Antropólogas e antropologia*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2003, 278 p.
- CREENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas* (10:1), Florianópolis, Centro de Filosofia e Ciências Humanas e Centro de Comunicação e Expressão/UFSC, 2002, pp. 171-188.
- HAHNER, June. *Emancipating the Female Sex – the struggle for women’s rights in Brasil (1850-1940)*. Duke University Press, 1990.
- HAHNER, June. *Emancipação do Sexo Feminino. A luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940*. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.
- HARDING, Sandra. *Ciencia y Feminismo*. Madrid, Morata, 1996, 239 p.
- MOTT, Maria Lúcia de Barros. Madame Durocher: modista e parteira. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1º. sem. 1994, pp. 101-116.
- LOPES, Maria Margaret. “Aventureiras” nas ciências: refletindo sobre gênero e história das ciências naturais no Brasil. *Cadernos Pagu* (10), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu/Unicamp, 1998, pp. 345-368.
- LOPES, Maria Margaret. Sobre convenções em torno de argumentos de autoridade. *Cadernos Pagu* (27), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu/Unicamp, 2006a, pp. 35-61.
- LOPES, Maria Margaret. “Vencer barreiras”, até quando? Aspectos da trajetória científico-política de Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976). In: SANTOS, Lucy Woellner dos; ICHIKAWA, Elisa Yoshie e CARGANO, Doralice de Fátima (orgs.)

Ciência, Tecnologia e Gênero. Desvelando o feminino na construção do conhecimento. Londrina, IAPAR, 2006b, pp. 203-232.

LOPES, Maria Margaret. Proeminência na mídia, reputação em ciências: a construção de uma feminista paradigmática e cientista normal no Museu Nacional do Rio de Janeiro. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* (Impresso), v. 15, p. 73-95, 2008.

MELO, Hildete Pereira de & CASEMIRO, Maria Carolina Pereira. A Ciência no Feminino: uma análise da Academia Nacional de Medicina e da Academia Brasileira de Ciência. *Revista Rio de Janeiro* (11), Rio de Janeiro, UERJ/Fiocruz, 2004, pp. 117-134.

MELO, Hildete Pereira de e RODRIGUES, Lígia Maria. *Pioneiras das Ciências no Brasil*. Rio de Janeiro: SBPC, 2006, 47 p.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. Parto, parteiras, parturientes: Mme. Durocher e sua época. São Paulo: USP/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1998. 331 p.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. A parteira ignorante: um erro de diagnóstico médico? *Revista Estudos Feministas*, IFCS/UFRJ-CFH/UFSC, v. 7, 1999, ns. 1 e 2, p. 25-36.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. Gênero, medicina e filantropia: Maria Renotte e as mulheres na construção da nação. *Cadernos Pagu*, n. 24, 2005, p.41-67.

MOTT, M. L. B. ; MUNIZ, M. A. ; ALVES, Olga Sofia Fabergé ; MAESTRINI, KARLA ; Santos, Taís . Médicos e médicas em São Paulo e os Livros de Registros do Serviço de Fiscalização do Exercício Profissional (1892-1932). *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 13, n. 3, p. 853-868, 2008.

RAGO, Elisabeth Juliska. A ruptura do mundo masculino da medicina: médicas brasileiras no século XIX. *Cadernos Pagu*, Campinas, 2000, p. 199-225.

RAGO, Elisabeth Juliska. *Outras falas: feminismo e medicina na Bahia (1836-1931)*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2007.

ROSSITER, Margaret. *Women Scientists in America: Struggles and Strategies to 1940*. Baltimore: John Press, 1982.

SCHIEBINGER, Londa. *O Feminismo mudou a ciência?* Bauru, SP, EDUSC, 2001. 382 p.

SCHPUN, Mônica Raisa. Entre feminino e masculino: a identidade política de Carlota Pereira de Queiróz. *Cadernos Pagu*, n. 12, 1999, pp. 331-377.

SCHPUN, Monica Raisa. A médica Carlota Pereira de Queiróz e seus colegas: amizade e relações profissionais em meio predominantemente masculino. In: MONTEIRO, Yara

Nogueira. (Org.). **História da saúde: olhares e veredas**. São Paulo: Instituto de Saúde, 2010, p. 239-250.

VANIN, Iole Macedo. As damas de branco na biomedicina da Bahia (1879-1949): médicas, farmacêuticas e odontólogas. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, 2008.

VANIN, Iole Macedo. A participação feminina nos cursos de Medicina, Farmácia e Odontologia na Bahia. *Historien* – Revista de História, n. 2, Petrolina, janeiro/março de 2010a, p. 36-59.

VANIN, Iole Macedo. A produção intelectual das médicas formadas na Bahia: o feminismo na tese de Ítala de Oliveira. Seminário Internacional Fazendo Gênero 9 – Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. Florianópolis, 23 a 26 de agosto de 2010 (b).

VIEIRA, Márcia Aparecida de Lima. Mulheres na Medicina: construindo espaços na São Paulo do início do século XX. Dissertação de Mestrado, PPG em Educação, Universidade São Francisco, 2006.